

Então, essa descriminalização do porte de entorpecente vai facilitar mais ainda. Interessante, Sr. Presidente, é que quando vejo os argumentos para dizer que o porte de droga não é crime, dizem que o criminoso é o traficante, só que se estamos descriminalizando o porte, estamos deixando o traficante mais à vontade para trabalhar. Como é que vou combater o traficante, se o porte de drogas vai ser liberado? É uma incongruência. Como vamos combater o tráfico, se todo mundo pode usar?

Realmente a droga é um problema sério não só em São Paulo, no Brasil, mas em todo o planeta. A droga deve ser combatida com veemência, pois faz mal ao ser humano. Não faz mal só ao nosso corpo; faz mal a nossa mente, a nossa alma.

Então queria deixar aqui esta mensagem, colocando-me contra essa descriminalização do porte de entorpecente. Essas pessoas que falam que não há problema, Deus queira que nunca paguem e venham a ter um filho viciado, porque aí vão ver o mal que estão fazendo para a nossa sociedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CARLOS GONDIM - SD - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, pedi ao deputado Rillo, e peço permissão a V. Exa., para complementar algumas palavras do deputado Coronel Telhada.

Coronel Telhada, quando eu saía de Mogi das Cruzes ligaram da Santa Casa de Lorena para mim. Disseram que estão dispensando pessoas, não têm absolutamente condição de atender a população. O AME de Lorena não está aberto. Está pronto para ser usado; existe uma confusão sobre o terreno, que é da Santa Casa e a Prefeitura. Já fomos até o secretário David Uip e ao Dr. Pollara. Já fizemos duas reuniões sobre esse assunto, no ano passado e este ano, e V. Exa. tem razão. O governador é médico, sabe da necessidade que tem um município exageradamente pobre, a população necessitando de consulta e passando uma necessidade muito grande. Não contratam médicos, estão dispensando os médicos da Santa Casa e a situação vai piorar, deputado Coronel Telhada. Vossa Excelência levantou um assunto aqui que chama a atenção.

Então nós apelamos em conjunto, eu e o deputado Coronel Telhada, para que o secretário David Uip, o Dr. Pollara, o governador Geraldo Alckmin deem atenção ao município de Lorena, pois Guaratinguetá não tem condições de atender esses pacientes de Lorena; Cruzeiro não suporta mais atendê-los; Aparecida não tem condição de atender também; os dois hospitais do Estado de Taubaté estão superlotados; São José dos Campos fica muito distante. Então essa população vai morrer.

É um apelo que fazemos aqui, porque a situação está gravíssima na cidade de Lorena.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Deputado Luiz Carlos Gondim, essa é uma contribuição que V. Exa. dá juntamente com o deputado Coronel Telhada, porque a Saúde é o bem maior e temos que preservar. Infelizmente chegamos a esse ponto que nos deixa constrangidos. A Saúde universal é algo inerente ao ser humano.

Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Atila Jacomussi. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Analice Fernandes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Abelardo Camarinha. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Gileno Gomes. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Vanessa Damo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado André do Prado. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ed Thomas. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputado Antonio Salim Curiati. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Marta Costa. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Beth Sáhão. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Cezinha de Madureira. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Marcia Lia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado André Soares. (Pausa.)

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotada a lista de oradores inscritos para falar no Pequeno Expediente, vamos passar à Lista Suplementar.

Tem a palavra o nobre deputado Ricardo Madalena. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários, venho à tribuna com uma satisfação muito grande pelo reconhecimento e pela atitude de vários deputados, de vários partidos, ontem e hoje. Infelizmente, nós não conseguimos encontrar todos os deputados, pois hoje é um dia em que os deputados têm compromisso fora e ficam pouco na Assembleia por não terem uma pauta. Mas todos os deputados que nós encontramos assinaram o documento em que pede o aprofundamento das investigações sobre o atentado contra o Instituto Lula, inclusive V. Exa. que preside a sessão hoje, deputado Jooji Hato, o deputado Telhada que se encontra em plenário, entre outros.

Sr. Presidente, eu, por uma natureza anti-imperialista, não tenho o hábito de fazer comparações aos Estados Unidos como referência democrática. Mas até os Estados Unidos, um país que tem olhos críticos da forma como lidam com o mundo, e com os seus, com os pobres e com os negros, têm uma relação com a instituição democrática e com os seus líderes de forma muito diferente do Brasil. Nos Estados Unidos, qualquer um que ameace uma figura pública, um ex-presidente ou presidente da República, como foi o caso agora do cidadão que ameaçou o presidente Barack Obama pela internet, é punido. O cidadão foi, de maneira exemplar, punido, enquadrado e supervisionado pelos organismos de Segurança daquele país.

No Brasil, por causa da crise econômica e política, estamos passando por um momento de tensão em relação a instituições democráticas, à democracia e às lideranças desse País. Estamos vivendo um estado em que tudo é permitido em nome de uma posição política perigosa, e o ex-presidente Lula tem sido vítima, nos últimos tempos, de agressão via internet, e agora fisicamente no seu instituto onde ele trabalha. Isso pode levar a uma cultura de violência e atentados contra a democracia em que o Estado Brasileiro passa a permitir isso. Isso é muito perigoso. Juristas, estudantes, sindicatos e organizações sociais estão se manifestando. E, desde ontem, a Assembleia Legislativa de São Paulo também está se manifestando.

Gostaria de ler um documento que será enviado ao secretário de Segurança Pública, ao chefe da Casa Civil e ao governador do Estado, pedindo o aprofundamento das investigações. Passo a ler o documento pelo aprofundamento das investigações do atentado contra o Instituto Lula.

Na noite do dia 30 de julho, às 22 horas, uma bomba de fabricação caseira foi arremessada em direção ao Instituto Lula, deixando marcas superficiais no portão e no muro do Instituto, além de marcas profundas no coração daqueles que acreditam e lutam pelo pleno funcionamento do Estado Democrático de Direito.

Uma vibrante democracia como a nossa não pode admitir, em nenhuma hipótese, um ataque a bomba contra seus cidadãos, contra sedes de instituições públicas ou privadas, sendo intolerável quando o ataque é desferido contra um ex-presidente da República e, mais especificamente, contra Lula.

Não é preciso ser simpatizante da trajetória ou do governo do ex-presidente para ficar estarrecido com o ocorrido. Não é preciso ser do partido de Lula para chegar à conclusão óbvia de que o fato não pode ficar sem a devida apuração e punição aos responsáveis. A impunidade é sempre cúmplice da violência.

O ataque contra o Instituto Lula impõe uma apuração eficiente e profunda de suas circunstâncias; é urgente que todas as possíveis testemunhas do atentado sejam ouvidas; é fundamental que se apurem as ameaças de morte contra a vida do ex-presidente da República nas redes sociais e suas conexões com os acontecimentos.

Não mais se admite como possível, em um Brasil que amadurece e fortalece todos os dias suas instituições, que indivíduos ou grupos se sintam no direito de cometer atentados como este contra Lula.

Nós, deputados estaduais abaixo assinados, apoiamos o aprofundamento imediato das investigações.

Sr. Presidente, para finalizar, quero ler a lista de deputados que já assinaram. Quem não assinou é porque não foi encontrado. Todos os deputados que foram abordados, sem exceção, assinaram esse documento.

Assinam os deputados: Abelardo Camarinha, do PSB; Ana do Carmo, do PT; Antonio Salim Curiati, do PP; Teonílio Barba, do PT, Beth Sáhão, do PT; Campos Machado, do PTB; Carlos Bezerra Jr., do PSDB; Carlos Neder, do PT; Chico Sardelli, do PV; Coronel Telhada, do PSDB; Delegado Olim, do PP; Edson Giriboni, do PV; Enio Tatto, do PT; Geraldo Cruz, do PT; Gileno Gomes, do PSL; Gilmaci Santos, do PRB; Jooji Hato, do PMDB; João Paulo Rillo, do PT; Jorge Caruso, do PMDB; Jorge Wilson Xerife do Consumidor, do PRB; José Américo, do PT; Leci Brandão, do PCdoB; Luiz Carlos Gondim, do SD; Marcia Lia, do PT; Marcos Damasio, do PR; Marcos Martins, do PT; Orlando Bolçone, do PSB; Celso Nascimento, do PSC; Pedro Tobias, do PSDB; Professor Auriel, do PT; Reinaldo Alguz, do PV; Roque Barbieri, do PTB e Welson Gasparini, do PSDB.

É um documento plural, em que todas as forças políticas da Casa se manifestaram. É um documento muito importante num momento de disputa política acirrada, em que os nervos estão à flor da pele, em que o País passa por uma convulsão institucional.

É muito importante que líderes políticos tenham a serenidade de ter unidade num ponto fundamental para todos nós: a democracia, as instituições democráticas e o direito individual de cada cidadão.

Mais que isso: a preservação dos nossos líderes, fruto de uma democracia que se amadurece a cada dia, seja ele o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o ex-governador José Serra, o ex-presidente Lula, a presidenta Dilma ou o líder de qualquer partido.

É muito importante que tenhamos unidade na intolerância contra atos abusivos e antidemocráticos. Mais que isso: nosso amadurecimento para saber fazer a disputa política no campo da política e ter a solidariedade no campo que preserva a democracia.

Quero agradecer esses deputados e dizer que nós, do PT, estamos inteiramente à disposição para qualquer ato semelhante em defesa da democracia e dos líderes produzidos pela democracia brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Quero falar ao deputado João Paulo Rillo. Temos nossas divergências ideológicas, comungamos às vezes ideias diferentes, mas V. Exa. sabe que principalmente eu, pela minha formação policial militar, acho um absurdo qualquer tipo de crime, seja ele por preconceito, ou por ideologia. O crime em geral já está errado por ser crime.

Apoiamos sua postura. Tenho a certeza de que os deputados do PSDB também o apoiarão. Os que não assinaram é porque talvez não tenham sido encontrados. Parabéns pela documentação, e conte com nosso apoio.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Muito obrigado, deputado Coronel Telhada. Reforçando o que V. Exa. disse, temos muitas vezes posições até antagônicas em plenário, mas nos poucos momentos em que foi necessária uma unidade em defesa da democracia da Casa pudemos contar com Vossa Excelência.

Muito obrigado pelo apoio ao documento, que é importante não só para o PT neste momento, mas para todos nós que apreciamos a democracia.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Esta Presidência gostaria de comunicar que a campanha nacional de vacinação contra a poliomielite começa neste sábado, dia 15, e vai até 31 de agosto, em todo o País.

Além da vacina contra a pólio, a campanha também inclui as outras vacinas previstas para crianças de até 5 anos no calendário vacinal básico. Devem ser vacinadas contra a pólio crianças com idade entre 6 meses e 5 anos incompletos. A poliomielite, também conhecida como paralisia infantil, é uma doença provocada por vírus, que afeta o sistema nervoso e pode levar à paralisia irreversível dos membros.

Na capital, neste primeiro dia de sábado, a Secretaria Municipal de Saúde estará com 451 UBS - Unidade Básica de Saúde - abertas, e instalará postos de vacinação nos shopping centers, escolas e outros locais. A meta é vacinar 95% do público-alvo, cerca de 650 mil crianças.

Atualmente, o Brasil está livre da doença, mas a vacinação é fundamental para manter o vírus fora do País, segundo o Ministério da Saúde. Entre 2013 e 2014, 10 países registraram casos de poliomielite, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS).

As crianças que forem se vacinar contra a pólio poderão receber outras vacinas para atualizar suas cadernetas de vacinação, entre elas a vacina tríplice viral, que protege contra sarampo, rubéola e caxumba, e é destinada a crianças com idades entre 1 e 5 anos incompletos.

Postos de vacinação fixos e móveis em todo o País estarão disponíveis para aplicar as doses.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia, lembrando-os ainda da sessão solene a realizar-se amanhã, às 10 horas, com a finalidade de homenagear o Programa Educacional de Resistência às Drogas - Proerd, e lançar a Frente Parlamentar da Família, Cidadania e Cultura.

Está levantada a sessão.

\*\*\*

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 12 minutos.

\*\*\*

## 14 DE AGOSTO DE 2015 81ª SESSÃO ORDINÁRIA

**Presidentes: JOOJI HATO e CARLOS GIANNAZI**  
**Secretário: RAMALHO DA CONSTRUÇÃO**

### RESUMO

1 - JOOJI HATO Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - CARLOS GIANNAZI Manifesta indignação com decisão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por considerar abusiva a greve dos professores. Enumera carências da categoria. Crítica a data-base estabelecida pela Justiça, em detrimento da normatizada em lei. Aduz que o Governo do Estado desrespeita a legislação vigente. Lembra o fechamento de cerca de 3 mil salas de aula, ao longo do presente ano. Acrescenta que dia 20/08 deve participar de manifestação, na Praça da República, a favor da Educação.
3 - CARLOS GIANNAZI Assume a Presidência.
4 - JOOJI HATO Exibe e comenta vídeo acerca de ação criminosa em posto de gasolina, em Cidade Dutra. Defende o uso de câmeras de segurança em locais estratégicos e a realização de blitzes do desarmamento. Clama a seus pares que aproveem projeto de lei, de sua autoria, a respeito da instalação de detectores de metais em instituições.
5 - JOOJI HATO Assume a Presidência. Anuncia o aniversário da cidade de Apiaí.
6 - CARLOS GIANNAZI Lamenta a aprovação do PL 2016, pela Câmara dos Deputados. Afirma que a medida deve limitar o exercício da cidadania, em manifestações populares. Tece considerações sobre a atual crise político-financeira. Clama ao Senado Federal que não aprove o referido projeto. Repercuta negativamente medidas adotadas pelo Ministro da Fazenda, Joaquim Levy.
7 - CARLOS GIANNAZI Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
8 - PRESIDENTE JOOJI HATO Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 17/08, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembra sessões solenes a realizarem-se: hoje, às 20 horas, com a finalidade de "Prestar Homenagem ao Dia da Liderança Jovem", e dia 17/08, às 10 horas, com a finalidade de "Homenagear os 100 anos de Fundação da Unasp - Centro Universitário Adventista. Levanta a sessão.
\* \* \*
- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Jooji Hato.
\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Ramalho da Construção para, como 1º Secretário “ad hoc”, proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - RAMALHO DA CONSTRUÇÃO - PSDB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

\* \* \*

- Passa-se ao

### PEQUENO EXPEDIENTE

\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Ricardo Madalena. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Welson Gasparini. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Marcia Lia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Orlando Bolçone. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Marta Costa. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Adilson Rossi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ed Thomas. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Analice Fernandes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Caio França. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Geraldo Cruz. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Edson Giriboni. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Abelardo Camarinha. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato. (Na Presidência.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Carlos Gondim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Celso Giglio. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Davi Zaia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Gileno Gomes. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Beth Sáhão. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público aqui presente, telespectadores da TV Assembleia, gostaria de manifestar aqui a minha total perplexidade e indignação com a decisão do órgão especial do Tribunal de Justiça, tomada agora no dia 12, na quarta-feira, em relação à greve dos professores da Rede Estadual de Ensino, que ocorreu no semestre passado.

O Tribunal tomou uma decisão contra os professores, profissionais da educação como se já não bastasse toda uma movimentação contra do governo, da imprensa tentando destruir a carreira do Magistério, tentando criminalizar qualquer tentativa de luta dos profissionais da Educação no estado de São Paulo, professores que já são massacrados pelos baixíssimos salários, pelos salários aviltantes e pelas péssimas condições de trabalho.

Professores já são vítimas da superlotação de salas, da violência nas escolas, da falta de um plano de carreira e de um plano estadual de Educação. Como se não bastasse tudo isso, o Tribunal de Justiça reforça todos esses ataques contra os professores em um julgamento que considerou improcedente o pedido de dissídio da greve.

E foi mais longe ainda: considerou a greve dos professores abusiva. Uma greve que defendia a escola pública, uma educação pública gratuita de qualidade e que denunciava o sucateamento e a degradação do ensino no estado de São Paulo. O Tribunal de Justiça, através dessa decisão, se coloca contra os professores. Contra o Magistério paulista.

Além de cometer um grande equívoco, em minha opinião. Considera a data base dos servidores como sendo o dia 1º de julho, como alegou o Governo. Não sei como o Tribunal de Justiça se permite a ter um entendimento como esse, porque temos aqui a Lei 12.391, do dia 23 de maio de 2006, aprovada aqui, na Assembleia Legislativa, e sancionada em maio de 2006.

Essa lei dispõe sobre a revisão anual da remuneração dos servidores públicos da administração direta e das autarquias do estado de São Paulo. É a lei da data base salarial, mas o Tribunal de Justiça reconheceu a data que o Governo está impondo aos professores, a do dia 1º de julho. Isso não existe, não há nenhuma legislação aprovada aqui estipulando essa data, pelo contrário, o que temos concretamente é a Lei 12.391, que instalou no estado de São Paulo a data base do dia 1º de março para todos os servidores, inclusive o Magistério.

Isso é muito grave. O Governo ataca os professores; a imprensa e outros setores da sociedade tentam desqualificar a luta dos professores por melhores salários, melhores condições de trabalho, por um novo plano de carreira, pelo cumprimento da meta nº 17 do plano nacional de Educação e pela implantação da jornada do piso, que também não é respeitada pelo governo estadual.

Temos um Governo que não respeita a legislação vigente, nem a federal e nem a estadual, mas não vejo o Tribunal de Justiça punindo o Governo em relação a esse descumprimento, apesar de todas as ações já impetradas pelo sindicato.

Assim, estranho e fico perplexo com uma decisão como essa da Justiça, tentando criminalizar e desqualificar ainda mais o Magistério paulista e os professores. Os professores não merecem isso. Eles já são obrigados a aguentar essa administração perversa e danosa que é a administração tucana, do governador Alckmin, que está destruindo a carreira do Magistério. Está destruindo cada vez mais a Educação pública, a escola pública do estado de São Paulo.

É bom lembrar que ocorreram cortes na Educação. Iniciamos o ano letivo com o fechamento de mais de três mil salas de aula, com cortes de verbas para a manutenção das escolas e para a compra de material didático e de material de limpeza.

No entanto, somos obrigados a assistir a esse tipo de julgamento, no qual o Tribunal de Justiça toma uma decisão que, na prática, é uma decisão contra os professores, contra os profissionais da Educação.

Mas vamos continuar lutando. Dia 20 faremos uma grande manifestação na Praça da República, junto com os profissionais da Educação, denunciando o descumprimento das promessas do governador Alckmin e do seu secretário da Educação, professor Herman.

Eles prometeram enviar à Assembleia Legislativa projetos de lei com reajuste salarial. Prometeram o envio em julho, e nós já estamos em meados de agosto e os projetos não chegaram. Prometeram enviar projetos modificando a contratação de professores categoria “O”, prometeram encaminhar um projeto de lei autorizando a utilização do Hospital do Servidor Público e do lamspe pelos professores categoria “O”, mas nada disso aconteceu.

O governo ludibriou a população, ludibriou a opinião pública, ludibriou a imprensa e ludibriou, sobretudo, os próprios professores, porque era para ser apresentado em julho esse pacote com os projetos e até agora nada, nenhum projeto foi protocolado na Assembleia Legislativa. O governo mente abertamente para toda a população do estado de São Paulo.

Fica a nossa indignação com essa decisão da Justiça, que na prática acaba fortalecendo a criminalização e a desqualificação da luta de professores, de profissionais da Educação em defesa de uma carreira digna, sobretudo em defesa de uma Educação pública gratuita e de qualidade. Sem escola pública de qualidade, não haverá desenvolvimento no estado de São Paulo. Fica aqui a nossa manifestação.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra o nobre deputado Alencar Santana Braga. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Marcos Martins. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Reinaldo Alguz. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Márcio Camargo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Antonio Salim Curiati. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado André Soares. (Pausa.)

\* \* \*

- Assume a Presidência o Sr. Carlos Giannazi.

\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esgotada a lista de oradores inscritos para falar no Pequeno Expediente, vamos passar à Lista Suplementar.

Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Professor Auriel. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato.

O SR. JOOJI HATO - PMDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados e telespectadores, mais uma vez São Paulo, esta região tão grande de nosso País, que deveria exportar “know-how” de segurança, de qualidade de vida não o faz.

Nesta última noite, nós tivemos vários assassinatos, mas eu queria mostrar um vídeo de uma pessoa com fuzil, metralhadora que invade um posto e acaba cometendo delitos.

\* \* \*

- É feita a exibição de vídeo.

\* \* \*

Imaginem se esse número de explosões em caixas eletrônicos não tivesse caído. Nós, deputados da Assembleia Legislativa, queremos ajudar a Polícia, o governo e a população. Esse cenário tão deprimente, tão constrangedor que estamos vivenciando na maior região deste País, que é a região de São Paulo, Osasco, Carapicuíba, deixa todos nós preocupados e pensativos. Onde está a ordem pública? Onde temos segurança?

Nós, deputados, sempre procuramos ajudar. Há poucos instantes vimos na reportagem câmeras focalizando delitos. O projeto sobre a instalação de câmeras de segurança em pontos estratégicos é de minha autoria. Todos os deputados ajudaram, e o governador sancionou.